

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.737.188 - DF (2018/0094363-6)**

**RELATORA** : MINISTRA NANCY ANDRIGHI  
**RECORRENTE** : FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS FUNCEF  
**ADVOGADOS** : BRUNO RODRIGUES PENA - DF025984  
CAIO CESAR FARIAS LEONCIO E OUTRO(S) - DF035337  
DAISY MACHADO MENDES DE OLIVEIRA - DF036226  
**RECORRIDO** : MOISÉS BARRETO JÚNIOR  
**ADVOGADOS** : SEBASTIÃO MORAES DA CUNHA E OUTRO(S) - DF015123  
CYNARA ALMEIDA PEREIRA - PA015344

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS PERANTE O TRIBUNAL DE ORIGEM. OMISSÃO APTA, EM TESE, PARA A MODIFICAÇÃO DA CONCLUSÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. AUSÊNCIA DE APRECIÇÃO. OFENSA CONFIGURADA.

1. Ação de complementação de aposentadoria.
2. Caracteriza-se ofensa ao art. 1022 do CPC/2015 nas hipóteses em que o Tribunal de origem, mesmo após a oposição de embargos de declaração, omite-se no exame de questão pertinente para a resolução da controvérsia.
3. Recurso especial conhecido e provido.

**DECISÃO**

Cuida-se de recurso especial interposto pela FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS FUNCEF, fundamentado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.

**Ação:** de revisão de benefício previdenciário complementar, ajuizada por MOISÉS BARRETO JÚNIOR, em face da recorrente.

**Sentença:** julgou improcedente o pedido.

**Acórdão:** deu provimento à apelação interpostas pelo recorrido, para julgar procedente o pedido, nos termos da seguinte ementa:

PROCESSO CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. INTERESSE DE AGIR. REGULAMENTO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR. POSSIBILIDADE DE MUDANÇA DE ÍNDICE DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA QUE MELHOR REFLITA A DESVALORIZAÇÃO DA MOEDA. SENTENÇA CASSADA. JULGAMENTO DE MÉRITO COM FULCRO NO ART. 1.013, §3º, I, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.

1. Há interesse processual em alterar o índice de

atualização em caso de resgate das contribuições, tendo em vista a previsão de índice diverso no regulamento de previdência complementar.

2. Consoante entendimento pacificado pelo Superior Tribunal de Justiça, por meio da sistemática do recurso repetitivo, a atualização monetária das contribuições devolvidas pela entidade de previdência privada ao associado deve ser calculada pelo IPC, por ser o índice que melhor traduz a perda do poder aquisitivo da moeda (REsp 1177973/DF).

3. Recurso conhecido e provido.

**Embargos de Declaração:** interpostos pela recorrente, foram rejeitados.

**Recurso especial:** alega violação dos arts. 1022, II, do CPC/15 e 14, III, da LC 109/2001, bem como dissídio jurisprudencial. Sustenta a existência de omissão não sanada no acórdão recorrido quanto à necessidade de extinção do vínculo empregatício com o patrocinador para resgate das contribuições pelo participante.

**RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.**

**- Julgamento:** CPC/15.

***- Da negativa de prestação jurisdicional***

As razões recursais tecidas acerca das supostas omissões do Tribunal de origem residem na alegação de que, apesar de instado a se manifestar por meio de embargos declaratórios, quedou-se silente no que concerne à necessidade de extinção do vínculo empregatício com o patrocinador para resgate das contribuições pelo participante.

Da análise do processo, constata-se que o Tribunal, ao julgar os embargos de declaração opostos pela recorrente, foi omissos quanto ao argumento acima apontado. Entretanto, verifica-se que a questão foi objeto de devida insurgência nos embargos declaratórios opostos.

Assim, impõe-se a cassação do acórdão que apreciou os

declaratórios, a fim de que este se pronuncie, na esteira do devido processo legal, acerca do ponto anteriormente elencado e fica prejudicado o exame das demais questões aventadas. No mesmo sentido: REsp 1.693.086/SP, 3ª Turma, DJe de 20/10/2017; AgInt no REsp 1.215.384/MG, 4ª Turma, DJe de 18/12/2017.

Forte nessas razões, CONHEÇO do recurso especial e DOU-LHE PROVIMENTO, com fundamento no art. 932,V, “a”, do CPC/2015, bem como na Súmula 568/STJ, para anular o acórdão recorrido e determinar a remessa dos autos ao Tribunal de origem, para que este se pronuncie, na esteira do devido processo legal, acerca da necessidade de extinção do vínculo empregatício com o patrocinador para resgate das contribuições pelo participante.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI  
Relatora